

Título: **Revista Medievalista online Editorial número 6**

Autor(es): **José Mattoso**

Enquadramento Institucional: **Director da Medievalista**

Contacto: **[jjmmts@hotmail.com](mailto:jjmmts@hotmail.com)**

Fonte: *Medievalista* [Em linha]. N.º6, (Julho 2009). Direc. José Mattoso. Lisboa: IEM.

Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>

ISSN: 1646-740X

Com um passo ainda não muito seguro, a *Medievalista* vai percorrendo o seu caminho e tentando encontrar o seu lugar entre as publicações consagradas ao estudo da Idade Média europeia. Embora procure dar a investigadores mais jovens uma oportunidade de publicação dos seus estudos, sobretudo daqueles que ensaiam novos temas e novos métodos, não exclui a colaboração de autores já experimentados que vão estendendo as suas pesquisas a áreas contíguas às das suas explorações anteriores. Este número é disso mesmo expressão clara. Se, por um lado, cumpre o primeiro ponto de tal programa por meio da secção em que apresenta as teses de mestrado de Miguel Martins, Patrícia Ferreira Lopes, José Augusto Oliveira e António Rei, das recensões bibliográficas da autoria de António Rei e de Isabel Barros Dias, e ainda pela publicação de artigos originais de jovens investigadores como Teresa Lopes Pereira, cumpre também o

segundo ponto, apresentando a densa síntese de Armando Carvalho Homem sobre a evolução do oficialato judicial português nos séculos XIII a XVI, e os dois artigos de José Mattoso e José Carlos Miranda suscitados pela recente publicação da estimulante tese de Filipe Moreira acerca do texto a que chama, com razão, *Primeira Crónica Portuguesa*. A relação desta última obra com a anteriormente chamada *Gesta de Afonso Henriques* dá a estes dois artigos uma ocasional actualidade devido ao debate em torno do local e data do nascimento do nosso primeiro rei, mas ambos se mantêm num contexto totalmente alheio à absurda polémica que a questão suscitou, e que nada tem a ver com a História. Num plano intermediário, ou seja entre uma historiografia de veteranos e a dos jovens, se situam os artigos de Dolores Campos Sánchez-Bordona sobre as bibliotecas catedralícias espanholas, e de Alejandro García-Sanjuan sobre o sentido exacto do termo geográfico al Garb nos autores árabes.

Os temas de que neste número se trata são tão variados como a historiografia régia, a arquitectura eclesiástica, a organização do Estado, o culto dos santos, a nomenclatura geográfica, a iconografia do românico, a guerra ou as estruturas sócio-económicas de uma região. Esta variedade reflecte a fragmentação temática e conceptual da medievalística europeia e a especialização progressiva da pesquisa que tem de recorrer a áreas do conhecimento até há pouco tempo ignoradas pelos historiadores. Se, por um lado, este duplo fenómeno representa o inevitável resultado de uma consciência cada vez maior da complexidade do real e da necessidade de recorrer a muitas disciplinas e ramos do saber, mesmo de áreas alheias às ciências sociais, há que evitar o risco da perda de noção do contexto, e, mesmo, apesar dos riscos inerentes ao seu uso, da noção de «espírito da época»; ou melhor, da noção de coerência entre todo o tipo de fenómenos característicos de uma determinada época. A evocação da memória da Prof. Luciana Stegagno Picchio e das suas brilhantes intuições representa, de certo modo, a necessidade de preservar esse efectivo valor.

Podemos invocar o mesmo valor, de outro ponto de vista, fazendo notar o contributo que para a noção de «época» dão certas investigações, à primeira vista muito especializadas. Quero-me referir, muito concretamente, ao artigo de Dolores Campos Sánchez-Bordona acerca da arquitectura das bibliotecas catedralícias. Com efeito, a imagem habitual de um clero quatrocentista em crise é posta em causa por este estudo que, como outras investigações recentes, nos obriga a rever a antiga imagem de um

clero trecentista e quatrocentista genericamente corrupto, secularizado e indisciplinado. O estudo de Dolores Campos não deixa nenhuma dúvida acerca do empenho posto por um grande número de bispos e cabidos quatrocentistas e quinhentistas na construção de amplos e custosos edifícios destinados à recolha, preservação e utilização de livros. Se não se pode negar a existência de uma parte do clero tardo-medieval propensa à dissolução dos costumes, não se pode também esquecer o vigor com que outro sector do clero lutou pela renovação da Igreja, pela reforma dos costumes e pelo aprofundamento intelectual. A historiografia protestante acentuava a imagem pessimista; a historiografia católica pós-tridentina contribuiu para exagerar a mesma imagem ao atribuir à acção do papado e à aplicação das reformas tridentinas todo o mérito da renovação. Ora, por uma via inesperada, o estudo sobre as bibliotecas catedralícias vem juntar-se a muitos outros que têm demonstrado sob variados aspectos a existência de um vigoroso espírito de renovação e rigor de uma grande parte do clero do século XIV e sobretudo do século XV, tanto no plano disciplinar como no plano intelectual. Com efeito são cada vez mais interessantes os estudos sobre a chamada reforma pré-tridentina, sobretudo na Península Ibérica. O artigo que publicamos neste número é disso um óptimo exemplo. A objectividade dos dados que apresenta torna-o especialmente significativo do que com estas considerações pretendemos dizer.

**José Mattoso**